FRAUDE NO INSS

CPMI ouve, hoje, Carlos Lupi

Parlamentares querem que ex-ministro da Previdência explique por que não interrompeu as fraudes nas aposentadorias em 2023

» ISRAEL MEDEIROS

Lula Marques/Agência Brasil

Ex-ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT) renunciou ao cargo em maio, após o escândalo no INSS

Hoje, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o escândalo do roubo de benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai ouvir um personagem que pode ser central para a estratégia da oposição de associar a gestão Lula (PT) a uma omissão no combate às fraudes: o ex-ministro da Previdência Carlos Lupi (PDT), que estava no cargo quando a história explodiu, em abril.

Na condição de convidado, o ex-ministro vai à CPMI do INSS, hoje, e terá de explicar por que a pasta não colocou um ponto final nas fraudes após ter sido avisado sobre os desvios em 2023. Em abril, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram o escândalo das fraudes no INSS, na Operação sem Desconto que revelou desvios de, pelo menos, R$ 6,3 bilhões das contas dos aposentados e pensionistas entre os anos de 2019 e 2024.

A expectativa de governistas é de que o posicionamento do ex-ministro diante do escândalo tenha potencial para colocar em xeque a estratégia da oposição na Comissão, que consiste em reforçar que as fraudes só foram investigadas e encerradas porque o governo Lula assim determinou e que o problema foi mais grave durante a gestão anterior. Esse é o argumento dos integrantes petistas da Comissão desde a fatídica derrota inesperada que resultou na perda da presidência da CPMI no mês passado.

Contudo, o engajamento morno do público em geral em torno das investigações nas redes sociais tem apagado os esforços dos petistas, especialmente com o início, na semana passada, do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado no Supremo Tribunal Federal (STF).

O problema, tanto para as estratégias da oposição quanto para as da situação, é que já ficou comprovado que os descontos não começaram no atual governo. Tampouco no governo de Bolsonaro, como alegam deputados e senadores petistas. Embora o crescimento dos esquemas tenha se dado de 2019 a 2022, segundo os dados CGU, quadrilhas enganam aposentados e pensionistas há mais de uma década. O que resta, na estratégia do processo da CPMI, é apontar quem teve maior ou menor responsabilidade por deixar o esquema correr solto.

Oitivas

O jogo pode mudar com a oitiva de Lupi, hoje, e também com a eventual presença dos investigados mais "populares", como é o caso de Antônio Carlos Camilo Antunes, o "careca do INSS", cuja convocação foi aprovada pelos parlamentares. Ele virou um símbolo do esquema pela vida de luxo que levava antes de ser descoberto. O Careca do INSS também tem registros de visitas ao Congresso Nacional, que os parlamentares querem investigar. A data marcada para o depoimento é 15 de setembro.

Outra linha perseguida pela oposição é comprovar irregularidades do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), do qual o irmão de Lula, José Ferreira da Silva, o Frei Chico, ocupa a vice-presidência.

Deputados e senadores aprovaram, na última quinta-feira (4), dois requerimentos de informações do sindicato. A entidade é uma das investigadas por descontos não autorizados em benefícios e uma eventual prova de participação de Frei Chico em esquemas ilegais é vista pelos oposicionistas como uma bala de prata para a popularidade do petista em um momento estratégico.

Problema antigo

Na avaliação do deputado Rogério Correia (PT-MG), suplente na CPMI, a tentativa da oposição de associar as fraudes ao atual governo não faz qualquer sentido. "Essa quadrilha veio crescendo no interior do INSS, passou pelo governo Temer, passou na íntegra pelo governo Bolsonaro, adentrou no governo do presidente Lula e foi descoberta. Sendo descoberta, está sendo agora desmontada, primeiro pela decisão rápida do presidente de sustar qualquer tipo de desconto; com isso, o crime cessou", disse.

O parlamentar foi um dos primeiros governistas a apresentar requerimentos na CPMI e pediu, assim que a comissão foi instalada, a convocação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para explicar se sabia dos esquemas e por que não tomou providências. O pedido foi baseado em uma entrevista do senador Izalci Lucas (PL-DF), que em maio disse à CNN que encaminhou à equipe de transição do governo Bolsonaro, no fim de 2018, representantes do INSS que denunciavam fraudes no sistema. O requerimento ainda aguarda apreciação, mas está estacionado em uma pilha de 1587 outras requisições.

Ao **Correio**, o senador Izalci já disse que não se aprofundou nos assuntos e que teria apenas orientado técnicos do INSS a procurar o gabinete de transição de governo.

Correia, no entanto, afirmou acreditar na responsabilidade da gestão do ex-presidente. "Durante quatro anos (de governo Bolsonaro), nada foi feito. Ou seja, não agiram durante esses anos a Polícia Federal e nem a CGU, que aliás, no último depoimento, disse que já havia informado problemas ao INSS em 2019. Servidores também que, em 2021, fizeram denúncias, foram ameaçados e nós vamos também ouvi-los", airmou o petista.

O deputado Alencar Santana (PT-SP), por sua vez, afirmou que o governo deve manter a estratégia de tentar comprovar que o governo Bolsonaro foi o grande responsável por deixar o esquema continuar. Segundo o parlamentar, o grupo quer "trabalhar com a verdade".

"Demonstrei na CPMI um ofício recebido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública que já relatava essas irregularidades e o pedido para que as entidades fossem descredenciadas. O ofício foi enviado, à época, pelo Procon de São Paulo", relembrou Santana.

"Dez entidades que operavam de maneira irregular, com inúmeras reclamações, e para a surpresa, isso não foi encaminhado conforme solicitado no ofício. Afrouxaram-se as regras do controle, permitiu-se que as entidades laranjas entrassem, com três associados, por exemplo, e no mês seguinte estava com milhares. O indicativo de irregularidades era bem latente", acrescentou o deputado.